

NEWSLETTER ANGOLA

4.º TRIMESTRE DE 2021

Comunicação trimestral da NGA Advogados com as principais novidades legislativas em Angola

Pandemia COVID-19 e Situação de Calamidade

Decreto Executivo Conjunto n.º 501/21, de 07 de outubro

SUMÁRIO: Define o regime de comparticipação nos custos dos testes do SARS-CoV-2, obrigatórios, pós-desembarque, do tipo teste PAMBIO COVID-19 AG, a realizar aos cidadãos provenientes do exterior do país, à chegada ao território nacional, nas instalações aeroportuárias.

Decreto Presidencial n.º 254-A/21, de 14 de outubro

SUMÁRIO: Altera o Decreto Presidencial n.º 241/21, de 30 de setembro, que atualiza as Medidas de Prevenção e Controlo da Propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19, assim como as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, dos equipamentos sociais e outras atividades durante a vigência da Situação de Calamidade Pública.

Decreto Presidencial n.º 257/21, de 29 de outubro

SUMÁRIO: Atualiza as Medidas de Prevenção e Controlo da Propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19, assim como as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, dos equipamentos sociais e outras atividades durante a vigência da Situação de Calamidade Pública. Revoga os Decretos Presidenciais n.ºs 241/21, de 30 de setembro, e 254-A/21, de 14 de outubro.

Decreto Presidencial n.º 264/21, de 08 de novembro

SUMÁRIO: Cria um subsídio temporário, de base diária, para os funcionários e agentes administrativos diretamente envolvidos no processo de prevenção e combate à COVID-19.

Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 2/21, de 23 de novembro

SUMÁRIO: Prorroga por igual período a vigência do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/21, de 14 de Setembro, que aprova as Medidas de Alívio dos Efeitos do Contexto da Pandemia da COVID-19 sobre os Preços dos Bens Essenciais de Amplo Consumo das Populações.

Decreto Presidencial n.º 280/21, de 29 de novembro

SUMÁRIO: Atualiza as Medidas de Prevenção e Controlo da Propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19, assim como as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, dos equipamentos sociais e outras atividades durante a vigência da Situação de Calamidade Pública. Revoga o Decreto Presidencial n.º 257/21, de 29 de Outubro.

Decreto Presidencial n.º 301/21, de 14 de dezembro

SUMÁRIO: Altera o Decreto Presidencial n.º 280/21, de 29 de Novembro, que atualiza as Medidas de Prevenção e Controlo da Propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19, assim como as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, dos equipamentos sociais e outras atividades durante a vigência da Situação de Calamidade Pública.

Decreto Presidencial n.º 315/21, de 24 de dezembro

SUMÁRIO: Atualiza as Medidas de Prevenção e Controlo da Propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19, assim como as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, dos equipamentos sociais e outras atividades durante a vigência da Situação de Calamidade Pública.

Decreto Executivo Conjunto n.º 664/21, de 28 de dezembro

SUMÁRIO: Define o regime da comparticipação nos custos dos testes do SARS-CoV-2 obrigatórios pós-desembarque, aplicável aos passageiros provenientes do exterior do País à chegada ao território nacional, nas instalações aeroportuárias.

Fiscal e Cambial

Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/21, de 04 de outubro

SUMÁRIO: Aprova o regime fiscal, aduaneiro e administrativo aplicável ao Projeto 4.º Título Global Unificado, que consiste na exploração e prestação de serviço de comunicações eletrónicas, executado pela Africell Angola S.A., sob supervisão e acompanhamento do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, por via do Instituto Angolano das Comunicações (INACOM).

Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/21, de 04 de outubro

SUMÁRIO: Altera as taxas para a exportação de produtos derivados do petróleo.

Decreto Presidencial n.º 245/21, de 04 de outubro

SUMÁRIO: Estabelece o Regime Jurídico da atribuição, composição e utilização do Número de Identificação Fiscal (NIF) para as pessoas singulares e coletivas ou entidades equiparadas, bem como os seus mecanismos de controlo e de gestão.

Aviso n.º 11/21, de 23 de dezembro

SUMÁRIO: Define os procedimentos para a realização de operações cambiais por não residentes cambiais, relacionadas com investimento externo em entidades sem ações admitidas à negociação em mercados regulamentados, investimento externo em valores mobiliários e instrumentos derivados, qualquer desinvestimento dos ativos referidos, e rendimentos provenientes dos mencionados investimentos.

Aviso n.º 12/21, de 23 de dezembro

SUMÁRIO: Estabelece o limite da posição cambial global, bem como a respetiva base de cálculo das Instituições Financeiras Bancárias.

Oil & Gas

Decreto Presidencial n.º 249/21, de 05 de outubro

SUMÁRIO: Estabelece as regras e os procedimentos para a atribuição de concessões petrolíferas em Regime de Oferta Permanente.

Comunicações

Despacho Presidencial n.º 200/21, de 23 de novembro

SUMÁRIO: Aprova a atribuição da faixa de frequência 3.3-3.7 GHz ao Serviço de Telefonia Móvel Terrestre, especialmente para o desenvolvimento da tecnologia 5G, e delega competências ao Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os atos decisórios no âmbito do Procedimento.

Transportes

Decreto Presidencial n.º 289/21, de 07 de dezembro

SUMÁRIO: Aprova a implementação do Sistema Nacional de Bilhética Integrada, abreviadamente designado “SNBI”.

Economia em Geral

Decreto Presidencial n.º 253/21, de 14 de outubro

SUMÁRIO: Estabelece as regras do exercício da atividade de farmacovigilância sobre medicamentos de uso humano, medicamentos tradicionais, derivados de sangue e outros produtos de saúde, realizadas pelo Sistema Nacional de Farmacovigilância.

Lei n.º 25/21, de 18 de outubro

SUMÁRIO: Lei da delimitação da Atividade Económica.

Lei n.º 26/21, de 18 de outubro

SUMÁRIO: Altera a Lei das Atividades Comerciais, aprovada pela Lei n.º 1/07, de 14 de Maio.

Decreto Presidencial n.º 271/21, de 16 de novembro

SUMÁRIO: Introduce alterações ao Decreto Presidencial n.º 250/18, de 30 de Outubro, que aprova o Regulamento da Lei do Investimento Privado e procede à sua republicação.

Laboral

Despacho Presidencial n.º 168/21, de 14 de outubro

SUMÁRIO: Cria a Comissão Multisectorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, coordenada pelo Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

Público e Administrativo

Decreto Executivo n.º 511/21, de 12 de outubro

SUMÁRIO: Aprova os procedimentos a seguir para garantir o cumprimento dos desembolsos dos valores destinados ao pagamento de despesas associadas aos Projetos de Investimento Público.

Decreto Presidencial n.º 254/21, de 14 de outubro

SUMÁRIO: Fixa e estabelece o Regime Aplicável às Taxas e Emolumentos Cobrados pelo Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC.

Lei n.º 22/21, de 18 de outubro

SUMÁRIO: Lei do Passaporte Angolano e do Regime de Saída e Entrada dos Cidadãos Nacionais.

Lei n.º 23/21, de 18 de outubro

SUMÁRIO: Lei sobre o Regime Jurídico do Cadastro Predial.

Lei n.º 24/21, de 18 de outubro

SUMÁRIO: Lei do Banco Nacional de Angola. Revoga a Lei n.º 16/10, de 15 de Julho.

Lei n.º 27/21, de 25 de outubro

SUMÁRIO: Lei de Bases das Entidades Administrativas Independentes.

Lei n.º 28/21, de 25 de outubro

SUMÁRIO: Lei da Autoridade Nacional da Aviação Civil.

Resolução n.º 73/21, de 18 de novembro

SUMÁRIO: Aprova a Conta Geral do Estado do Exercício Financeiro de 2019 e apresenta ao Executivo as recomendações resultantes do Parecer do Tribunal de Contas.

Direito Internacional

Decreto Presidencial n.º 247/21, de 05 de outubro

SUMÁRIO: Aprova o Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da República da Turquia para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos.

Decreto Presidencial n.º 250/21, de 08 de outubro

SUMÁRIO: Aprova o Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo da República da Guiné Bissau relativo à Cooperação Financeira.

Resolução n.º 71/21, de 12 de outubro

SUMÁRIO: Confirma a adesão da República de Angola à Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, assinada no dia 7 de Dezembro de 1944, em Chicago, incluindo as alterações aos seus artigos 90.º e 94.º, desde 20 de Janeiro de 1977.

Carta de Adesão n.º 1/21, de 21 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válida a Convenção para a Resolução de Diferendos Decorrentes de Contratos de Investimentos Estrangeiros celebrados entre Estados e Nacionais de outros Estados, e garante que será rigorosamente observada.

Carta de Adesão n.º 2/21, de 21 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válida a Convenção para a Organização Hidrográfica Internacional, e garante que será rigorosamente observada.

Carta de Aprovação n.º 50/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Construção e Obras Públicas da República de Angola e o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas da República Portuguesa.

Carta de Ratificação n.º 10/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Protocolo sobre a Indústria da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - SADC, e garante que será rigorosamente observado.

Carta de Ratificação n.º 11/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Acordo entre os Estados-Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), relativo ao estabelecimento do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE), e garante que será rigorosamente observado.

Carta de Ratificação n.º 13/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo dos Estados Unidos da América em matéria de Segurança e Ordem Pública, e garante que será rigorosamente observado.

Carta de Ratificação n.º 17/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Acordo de Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) FDR/SADC, e garante que será rigorosamente observado.

Carta de Adesão n.º 3/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Tratado sobre a Conservação e Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais da África Central, e garante que será rigorosamente observado.

Carta de Adesão n.º 4/21, de 27 de outubro

SUMÁRIO: Dá por firme e válida a Convenção IMSO sobre a Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT), e garante que será rigorosamente observada.

Carta de Ratificação n.º 18/21, de 4 de novembro

SUMÁRIO: Dá por firme e válido o Acordo de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil em matéria de Segurança e Ordem Interna, e garante que será rigorosamente observado.

Sociedade Civil

Lei n.º 29/21, de 09 de novembro

SUMÁRIO: Lei sobre a Reprodução Humana Medicamente Assistida.

Decreto Presidencial n.º 308/21, de 21 de dezembro

SUMÁRIO: Aprova o Regulamento da Lei da Videovigilância.

A presente Newsletter é disponibilizada pela NGA Advogados a Clientes e Colegas e tem carácter abstrato e meramente informativo. Caso necessite de assistência jurídica de carácter específico, por favor contacte-nos.

João Miguel Matos

Partner

joao.matos@nga.pt

Mathilde Valério

Associate Lawyer

mathilde.valerio@nga.pt